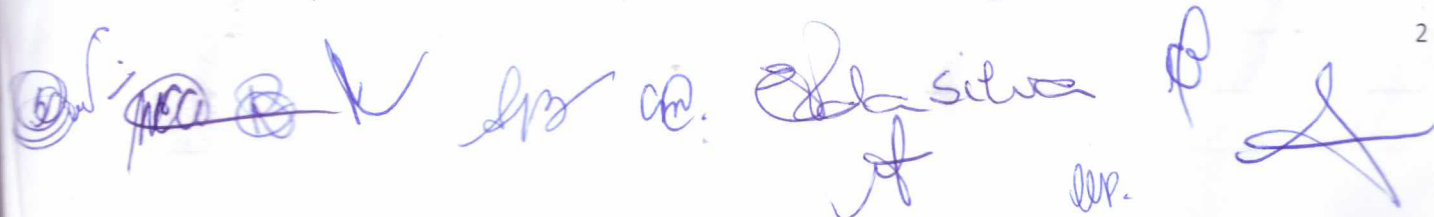


Ata de Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

1 Ata de Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Duque
2 Caxias – CMDM/DC, realizada aos vinte dias do mês de março de dois mil e dezen
3 às 14:00 horas, no Auditório do Complexo Juíza Olímpia Rosa Lemos na sede
4 Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, situado à Rua Manuel Vieira s/nº, 2º an
5 Centenário- Duque de Caxias, realizou-se a Assembleia Ordinária do CMDM no an
6 2019, com a presença das seguintes conselheiras: Luciene Alcinda de Medeiros (P
7 Rio); Regina Célia de Paula Silveira (SMASDH); Cleide Mello Vital (SMS); Madal
8 Lechuga de Mello (SMG); Sandra Regina Baliza (Unigranrio); Ivanete Conceição da S
9 (MNU); Glaudinea Soares de Jesus (SMCT); Joseny Teixeira da Silva (Sindicato
10 Bancários); Leny Claudino de Souza (MNU); Vivian Fadel de Araújo (SMUH) e Mari
11 Glória Rangel Rodrigues Bernardes (CDVida- Usuárias). Equipe Técnica: Car
12 Mosqueira (Advogada); Dóris Monteiro (Assistente Social); Nuendy Braga (Secret
13 Geral) e Cátia Cilene (Contadora-FMDM). Visitantes: Carla Oliveira Barbos
14 Sebastiana de Almeida ambas estagiárias da Unigranrio. Abertura: 1- A Sra L
15 Claudino de Souza, presidenta deste Conselho cumprimentou a todas e fez a aber
16 da Assembleia Ordinária que teve início às quatorze horas e trinta minutos. A me
17 sugeriu ao colegiado para abrir uma proposta para estabelecer que a reunião
18 ultrapassasse às 16 horas. O colegiado aderiu ao horário pré estabelecido
19 presidenta e a mesma concedeu palavra à secretária Executiva Luciene Medeiros
20 conduziu a Assembleia. A mesma indagou ao colegiado se todas haviam lido as Atas
21 foram enviadas por e-mail. Apenas 05 (cinco) das conselheiras relataram que leram
22 Atas. A conselheira Glaudinea Soares disse que não leu a Ata e se absteria
23 conselheira Luciene Medeiros leu a Ata para o colegiado, pois algumas conselheiras
24 haviam lido. Discursou que a Ata de dezembro já fora aprovada. Relatou que na úl
25 reunião foi deliberado pelo colegiado que a conselheira Selma Chagas faria as dev
26 retificações referentes as palavras ofensivas que a mesma proferiu a conselheira Luc
27 Medeiros, mas o que consta na Ata não está de acordo com o que foi acertado
28 conselheira Luciene Medeiros posicionou- se no Whatsapp do fato que ocorre
29 desmonte do Ceam em relação as funcionárias, porém houve uma discordância
30 conselheira governamental Selma Chagas diante do relato feito pela conselheira civil
31 relatado que a conselheira Selma havia discordado com a percepção da conselh
32 Luciene Medeiros, ou seja, ocorreu uma divergência de oposições da conselheira
33 em relação ao CEAM. Discursou que a conselheira Selma relatou o fato na Assem
34 passada. Citou esperar que ela tenha aprendido a não expor fatos sigilosos. A presid
35 sra Leny Claudino abriu votação para fazer os adentros na Ata. A conselheira Luc
36 Medeiros leu a Ata de fevereiro para o colegiado. A conselheira Ivanete solicit
37 colegiado para lerem a ata e que se alguém tivesse ressalva fariam destaque
38 presidenta Leny discorreu que a conselheira Selma recuou sobre o debate e discu
39 que a sociedade Civil aceitou os encaminhamentos dados pelo colegiado. A Ata
40 reprovada por 10 conselheiras. A secretaria geral Nuendy Braga narrou o ofício rece
41 do Fórum dos Direitos da Mulher relatando as substituições de conselheiras

Ata de Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

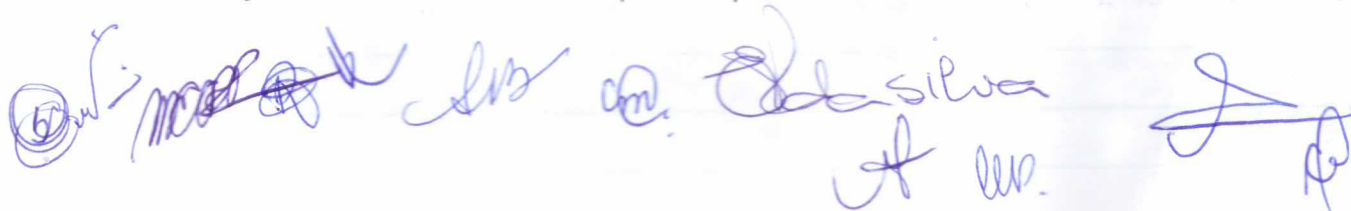
42 Associação de Mulheres de Atitude com Compromisso Social- AMAC e do Movimento
43 Negro Unificado- MNU por e-mail. A conselheira Luciene Medeiros informou que o
44 Governo precisa oficializar a vice- presidenta e a tesoureira para trazer na próxima
45 reunião para ad referendum . A conselheira Vivian Fadel mencionou que houve um
46 equívoco por parte da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação enviando a troca
47 de conselheira titular e relatou que não foi comunicado ao Governo sobre a troca de
48 conselheira. A conselheira Madalena comentou sobre o ocorrido a respeito do ofício para
49 o Secretário que não sabia do fato. A conselheira Luciene Medeiros declarou que o
50 governo cumpriu com o prazo estabelecido em Assembleia, mas cumpriu de forma
51 errada. Alegou que teria que haver um ofício especificando a vice-presidenta e a
52 tesoureira por parte do Governo. Sugeriu ao colegiado a estipular um prazo de uma
53 semana para que o Governo possa informar novos nomes. Com isso, a equipe técnica
54 envie imediatamente para o boletim oficial assim que chegar o ofício. A proposta foi
55 aprovada por unanimidade. A contadora Cátia Cilene cumprimentou o colegiado e
56 parabenizou as Conselheiras do CMDM/DC que participaram nesta data da manifestação
57 quanto a situação do CIAM Baixada, exibida no RJ TV primeira edição. Relatou estar
58 preocupada, pois o Conselho já está no mês de março e ainda não apresentou o Plano
59 de Ação para execução no que tange a Lei Orçamentária Anual vigente, enfatizou que os
60 prazos de trâmite para os Processos Administrativos na Prefeitura são de 90 (noventa)
61 dias no mínimo. Comentou sobre a agenda mensal da Sra. Leny Claudino Presidenta
62 deste Conselho, e o cumprimento dos prazos para colher as suas assinaturas nos
63 Demonstrativos Contábeis - Mensais do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher de
64 Duque de Caxias e enviar ao Sr. João Carlos S. Brecha- Secretário Municipal de
65 Governo, na qualidade de Gestor do FMDM/DC e após aos devidos encaminhamentos
66 de praxe o prazo final é todo dia 15 (quinze) de cada mês (Decreto de nº 7005-17 de
67 maio de 2018), mesmo o saldo zerado do FMDM/DC os Demonstrativos supracitados
68 são enviados a outras Secretarias Municipais (SMFP e SMCI). Lembrou que a Prestação
69 de Contas do Município mensal é consolidada por todos os Órgãos na PMDC –Sede. A
70 mesma solicitou ao Colegiado que na ausência da Presidenta Sra Leny, é de extrema
71 importância pedir autorização ao Colegiado para colher a assinatura da Vice - Presidenta
72 deste Conselho, nos termos do Regimento Interno/CMDM a fim de cumprir os prazos
73 legais. Informou que na reunião mensal dos Contadores ocorrida no mês em curso,
74 comunicou que o CMDM não tinha impressora para imprimir e digitalizar a Prestação de
75 Contas do FMDM referente ao exercício de 2018, para atender ao disposto na
76 Deliberação n.º 277/TCE-RJ, por isso pediu ajuda a Conselheira Caroline Pianor da
77 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, e agradeceu pelo apoio e colaboração.
78 Mencionou outra dificuldade que é a ausência dos Certificados Digitais até a presente
79 data para o FMDM/DC - Pessoa Jurídica (e-CNPJ) e o outro para Catia Cilene na
80 qualidade de Contadora (e-CPF), ressaltou que o TCE-RJ exige o envio das Prestações
81 de Contas através de assinatura eletrônica, sempre que precisa tem que ir na Prefeitura
82 –Sede pessoalmente na SMG, e solicitar o Certificado Digital do Gestor do FMDM/DC Sr.



2

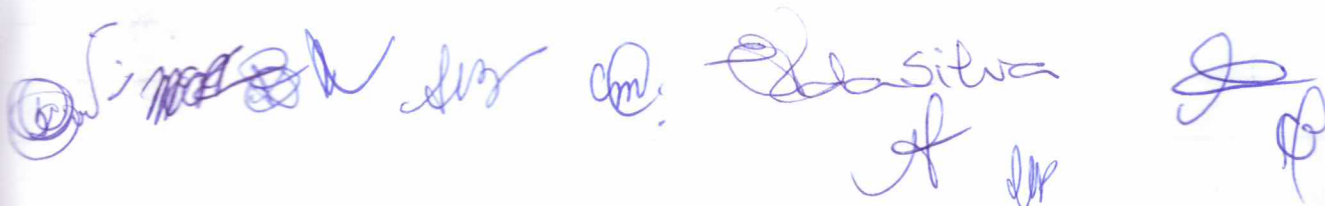
Ata de Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

83 João Carlos S. Brecha. Ainda foi comunicado na reunião dos Contadores já mencionados
84 que o Processo Administrativo para aquisição dos Certificados Digitais (PJ e PF) por
85 todos os Entes da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, inclusive os Fundamentos
86 Especiais, está em andamento com a Comissão de Licitação e Pregão do Município, e
87 necessitamos que o Conselho reitere através de memorando uma posição da Secretária
88 Municipal de Governo quanto aos Certificados Digitais solicitado por este Conselho
89 citados no ano passado. A presidenta sra Leny Claudino discursou que tem cumprido
90 todos os prazos e relatou ter um compromisso de assinar sempre até o dia 10 a ques-
91 das assinaturas sobre a Prestação de Contas, porém ocorreu dois contratemplos, e
92 conseguiram cumprir com o prazo. A conselheira Vivian Fadel referiu sobre a questão
93 material que solicitou a advogada Camila Cilene que fizesse um memorando para
94 mesma assinar e agilizar o processo, pois sempre está na prefeitura, em Jaraguá
95 Primavera, porém já fora comunicado em assembleia que todo ofício ou memorando são
96 assinado pela presidenta, porém pediu a advogada para comunicar a presidenta
97 conselheira Luciene disse que a Vivian formalmente não está como vice-presidenta e
98 precisam se atentarem para isso. A conselheira Joseny Teixeira relatou que houve
99 erro nos tramites legais e que deverá fazer uma agenda para a presidenta pautando
100 necessidades da contadora Cátia Cilene em relação as solicitações de assinaturas, e
101 confirmou que a presidenta está fazendo o possível. A conselheira Luciene Medeiros
102 discursou que sempre voltará ao assunto referente ao salário da contadora Cátia, pois
103 mesma recebia para o cargo que exercia no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
104 Relatou que na primeira semana do governo do prefeito W. Reis juntamente com
105 Ivanete e a própria contadora foram ao então Secretário Municipal de Governo para re-
106 a situação a respeito do salário da contadora que não recebe pela função que exerce
107 no CMDM. Discursou ser vergonhoso por estarem explorando uma trabalhadora, pois
108 mesma está tendo duas funções e que não recebe para isso. A conselheira Regina Ci-
109 rebateu dizendo que fora feita uma reunião no ano passado na Secretaria Municipal
110 de Assistência Social juntamente com o Secretário para colocarem a posição referente
111 ao salário da Cátia, contudo ninguém da Sociedade Civil compareceu. A conselheira
112 Glaudinea Soares relatou que entende e compreende a fala da conselheira Luciene
113 Relatou que como é presidenta do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
114 não abriria mão da contadora Cátia, pois é uma excelente profissional. Discursou que
115 o atual governo está passando por uma situação, pois a folha de pagamento ultrapassou o t-
116 e existe um limite fixado. A conselheira Vivian solicitou que a contadora poderia ter
117 um ajuste de horários, pois o CMDM está com uma movimentação zero, e que pode
118 conciliar com o CMDCA tendo divisão de dias trabalhados. Relatou que irá separar ter-
119 quarta para estar no conselho. Discursou que não conversou com a Contadora
120 para estabelecer algumas posições. A conselheira Joseny discursou a respeito
121 da contadora Cátia que a mesma exerça as duas funções, desde que seja remunerada por
122 isso. Discursou que a contadora se desdobra. Um exemplo é que se porventura aconte-
123 algo com a Cátia como irá provar que é contadora do CMDM também. Temos c



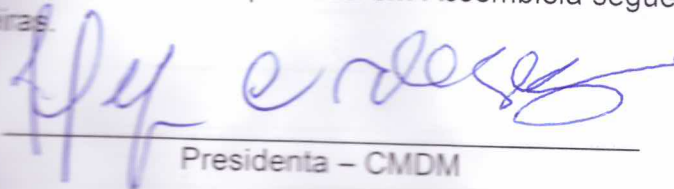
Ata de Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

124 resguardar a contadora. A conselheira Luciene Medeiros abriu uma proposta de
125 encaminhamento para que a Diretoria Executiva exerça um plano de trabalho para
126 fazerem reuniões no conselho e que poderão pautarem a questão referente a contadora.
127 A advogada Camila Cilene explicou a respeito da nova Lei do conselho e informou ao
128 colegiado o que foi mudado referente a lei anterior. Relatou que precisaria criar uma
129 Comissão temporária para haver adequação da lei referente ao edital, pois agora o
130 conselho fará a própria eleição através de conferência. A presidenta a sra Leny Claudino
131 discursou que foi encaminhado a aprovação da lei sem nenhum consentimento das
132 conselheiras e relatou que não existe implementação da lei neste mandato. Mencionou
133 que o governo não respeitou nem as conselheiras governamentais e nem as civis. A
134 conselheira Ivanete solicitou ao colegiado para resolver em conjunto com o conselho um
135 debate sobre a nova lei em vigor. A conselheira Luciene Medeiros abriu votação a
136 respeito da proposta da conselheira Ivanete. Então, segue aprovada a proposta por 6
137 votos a favor e 4 votos contra. A conselheira Glaudinea discursou que a lei sempre
138 retroage para favorecer e entende-se que pode ter vigência neste mandato, pois foi
139 acrescentado novas cadeiras. A conselheira Ivanete discursou que precisa ser analisado:
140 a concepção, o caráter, o perfil de política aplicada e qual projeto será da nova lei,
141 entretanto não houve nenhum debate em relação a nova lei. Informou também que o
142 conselho não têm cadeiras específicas. Discursou que feriu a Sociedade Civil, por que
143 não foi discutida por todo o colegiado. Relatou a primeira divergência da lei em relação
144 das cadeiras, pois não existem marcações específicas. Então, não reconhecemos esta
145 lei. A conselheira Luciene Medeiros abriu votação ao colegiado para que o governo
146 revogue a nova lei criada. A conselheira Vivian Fadel discursou a respeito da nova lei e
147 relatou que o governo mudou a eleição do Fórum por não ter transparência nas suas
148 próprias eleições. Mencionou que não foi convidada a participar da eleição do Fórum. A
149 conselheira Luciene Medeiros discursou que na eleição do Fórum, a Equipe técnica
150 representou o conselho, pois as conselheiras não poderiam estar presente na eleição. A
151 conselheira Joseny Teixeira mencionou ser contra a nova lei, e que precisam repudiar a
152 lei. A organização do Fórum já está feita respeitando a paridade. A conselheira Ivanete
153 discursou que a publicidade do Fórum todos conhecem e que qualquer pessoa pode
154 participar e tomar conhecimento de atividades. A presidenta sra Leny Claudino discursou
155 que a forma que foi construída a nova lei, foi algo difícil para aceitarmos como Sociedade
156 Civil, e que não foi discutido e queremos a revogação da lei. A conselheira Glaudinea
157 Soares discursou que o prefeito tem legitimidade para encaminhar e houve previsão
158 legal. Que há muitos Fóruns que permitem a participação de representantes
159 governamentais. Não há no Fórum um tratamento isonômico uma vez que participar do
160 mesmo e necessário pagamento conforme prevê seu estatuto. Que há muitas
161 reclamações de Representantes e/ou Intuições civis que desenvolvem excelente trabalho
162 com mulheres vítimas de violência e gostariam de concorrer para compor o conselho e
163 não desejam participar do Fórum que um dos vários motivos e a cobrança de taxa o que
164 causa um constrangimento. Por isso faço esta crítica construtiva. O governo quer saber

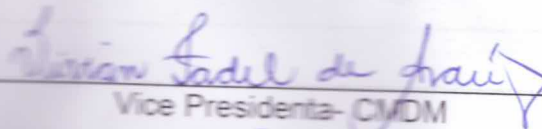
The bottom of the page features several handwritten signatures in blue ink. From left to right, there is a large, stylized signature that appears to be 'Leny Claudino', followed by a smaller signature that looks like 'Ivanete', and then a signature that clearly reads 'Glaudinea Soares'. To the right of these, there are two more signatures, one of which appears to be 'Camila Cilene'. The signatures are written in a cursive, somewhat informal style.

Ata de Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

165 da agenda do Fórum e mais participação. A conselheira Luciene Medeiros abriu votação
166 de revogação da lei 2.913- 21 de novembro de 2018 a ser encaminhada ao Secretário
167 Municipal de Governo e ao Prefeito Municipal. Assim sendo revogada a mesma será
168 imediatamente levada a um debate pelo colegiado para a retomada do consenso. A
169 mesma expressou que o Governo rompeu com a Sociedade Civil. A Assistente Social Doris
170 Monteiro citou um texto motivacional sobre o dia internacional da Mulher para o colegiado.
171 A conselheira Vivian Fadel propôs criar uma comissão paritária para discutir com o
172 executivo, mas gostaria de saber os porquês primeiro em relação a nova lei. A
173 conselheira Luciene abriu as propostas ao colegiado: 1. Criar uma comissão e ir direto
174 ao Prefeito de Duque de Caxias. 2. Criar uma comissão e ir ao Secretário Municipal de
175 Governo de Duque de Caxias. Em relação as duas propostas citadas acima houve
176 empate de 5 votos para cada proposta. Com isso, segue para ser ponto de pauta na
177 próxima Assembleia do dia 17 de abril de 2019. Por fim, a sra Presidenta Leny Claudino
178 encerrou a reunião às dezessete horas e trinta minutos. Eu Secretaria deste conselho,
179 lairei a presente ata que após lida e aprovada em Assembleia segue assinada por mim
180 e todas as Conselheiras.


Presidenta - CMDM

Secretária Executiva - CMDM


Vice Presidenta- CMDM


Tesoureira- CMDM

(SMASDH)

ASDH
JMAC

(bancários)

a
ete
pode
ursou
iedade
audinea
previsão
esentantes
participar do
ve há muitas
celente trabalho e
por o conselho e
ança de taxa o que
governo quer saber

4

